

## Opinião

# ADVOGADOS DO PSDB NÃO RECORREM CONTRA AUMENTO DO IPTU EM TATUÍ



## CRÔNICA

J. RIGOLÃO  
jose@rigolon.com.br

### TRÊS PROBLEMAS...

Nunca foi fácil de entender, e nos dias de hoje, é mais complicado ainda! É difícil compreender as ações e reações que acontecem nesse mundo afora. Coloco em pauta três questionamentos: o que aconteceu com a Argentina? O que representa o tal EI, o Estado Islâmico? E como podemos justificar e aceitar, aqui no Brasil, os acontecimentos que envolvem nossa maior empresa, a Petrobras?

Certamente quem tentar esclarecer estes problemas, precisará de um bom tempo para pesquisa e irá enfrentar um imenso deserto de variáveis, além de necessitar escrever, no mínimo, um livro com 500 páginas, que ainda terá questionamentos. Quero deixar claro que a pretensão do presente escrito é de somente lembrar e registrar superficialmente o desconforto que tais assuntos trazem a todos. Especialmente às vésperas do Carnaval, a maior festa popular do País!

A Argentina possui um povo orgulhoso. Foi a sexta economia mundial e considerada uma nação rica até a década de 1940, inclusive com reservas em ouro, na época, maiores que a Inglaterra e Estados Unidos. Hoje o seu PIB é menor que o do Estado de São Paulo. E quais

as razões? O que causou essa decadência? A data do início da queda teria sido em 1946, a chegada ao poder de Perón, que após cinco anos no governo, conseguiu mais cinco? Ali teve início a tradição populista, que continua até hoje. Exemplo para o Brasil?

O que temos visto na televisão mostra como o EI desconsidera a vida humana. A civilização está enfrentando uma onda de violência, inexplicável e absolutamente inaceitável. O que se vê nas imagens nos remete aos tempos medievais, quando se "tostava" gente na fogueira. Espera-se que os países civilizados atuem com rapidez para colocar fim a esses tristes espetáculos de fanatismo e violência.

Por aqui, nosso povo brasileiro clama por explicações claras e objetivas sobre o ocorrido com a Petrobras e pede punição aos responsáveis por jogar o nome de nossa maior empresa na lama. Também são culpados aqueles em que votamos, ou foram indicados por eles, mas por incúria ou incompetência, não impediram os atos ilícitos e permitiram que a situação chegasse a esse patamar. Se ainda lhes restar um mínimo de dignidade, o que se espera é que peçam demissão do governo!

### TROVAS

J. R. do Amaral Lincoln

Dinheiro não trás desdouro e evita algum contratempo, mas nosso maior tesouro não é o ouro, mas é o tempo.

\*\*\*

Façamos, na mocidade, amigos, sempre a granel: é difícil, com a idade, renovarmos o plantel.

\*\*\*

Teu amor, que fim terá, tão cheio de tremelique?... Se fico – queres que eu vá, se vou – tu queres que eu fique.

### TRIBUNAL DE JUSTIÇA ABRE CONCURSO PARA CONTADORES

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ/SP) recebe inscrições para concurso público, que oferece 30 vagas para contador. Os candidatos poderão se cadastrar até dia 6 de março, através da página da Fundação Vunesp, organizadora da seleção. O endereço eletrônico é o [www.vunesp.com.br](http://www.vunesp.com.br) e a taxa de inscrição é de R\$ 68,00.

Para participar, o candidato deve possuir diploma do ensino superior completo e registro no Conselho Regional de Contabilidade. A jornada de

trabalho é de 40 horas semanais e o valor da remuneração é de R\$ 5.688,56, além de auxílios para saúde, transporte e alimentação.

A prova está prevista para dia 26 de abril, em São Paulo, com duração de cinco horas. O exame terá questões de Língua Portuguesa, Conhecimentos Específicos, Matemática, Atualidades, Noções de Informática e Raciocínio Lógico. Mais detalhes sobre o concurso são obtidos pelo fone: (11) 3874-6300, de segunda a sábado, das 8 às 20 horas.

### AJUSTE DAS CONTAS E A CPMF

\* Marcos Cintra

A nova equipe econômica da presidente Dilma Rousseff vem adotando uma série de medidas visando restabelecer a credibilidade das finanças públicas e recuperar a capacidade de geração de saldos orçamentários primários. Desde 2008, quando uma lei passou a permitir o abatimento de gastos do PAC na apuração do resultado primário, as contas do governo central vêm sendo fragilizadas e caíram em descredo após uma sucessão de manobras contábeis. Reverter esse quadro implicará em ajustes severos.

No âmbito da redução de despesa as medidas indicam que o ponto principal se limitará à revisão de algumas regras de concessão de benefícios na área da seguridade social. É improvável que o governo trilhe o caminho desejável da diminuição de gastos via extinção de ministérios ou de cargos políticos, por exemplo. A maior parte do ajuste das contas públicas virá pela elevação da carga tributária, através do aumento de impostos e possível volta da CPMF, fruto de um movimento que vem sendo articulado desde 2013 no Congresso, como uma contribuição ao financiamento da saúde pública. Ela teria uma alíquota de 0,15% sobre a movimentação financeira, o que garantiria uma receita em torno de R\$ 30 bilhões.

Desde sua criação, a CPMF, inicialmente denominada IPMF, foi tema de debates acirrados entre os defensores e os críticos da tributação sobre a movimentação financeira. Teve origem na proposta do imposto único na década de 90. Surgiu como um tributo a mais, desvirtuando a ideia inicial de unificação de vários impostos de natureza declaratória sobre uma base de arrecadação automá-

tica e ampla, como as transações nas contas correntes bancárias.

Cumpre dizer que, mesmo sendo criada como mais um tributo, a CPMF foi uma importante experiência para a economia brasileira e deitou por terra uma série de previsões que diziam que ela provocaria desintermediação bancária e inflação. Nada disso ocorreu e o "imposto do cheque" acabou contribuindo para promover um ajuste fiscal nos anos 90, abastecendo o Fundo de Combate à Pobreza e serviu como mecanismo de detecção de sonegadores. De um modo geral, revelou-se um bom imposto.

Cumpre dizer que a CPMF teve méritos, mas deixou de ser cobrada a partir de 2008 por razões políticas. Atualmente seu retorno tem apoio de parlamentares, de governadores e até do ministro da Fazenda, Joaquim Levy, que em 2007 se manifestou favorável ao tributo.

O processo de ajuste das contas públicas se dará através de medidas que vão elevar ainda mais a já sufocante carga de tributos brasileira. A criticada CPMF poderá ser um dos pilares da nova política fiscal, quando deverá ser a base para a tão esperada reforma tributária. Ela poderá ser instituída tal como foi idealizada, ou seja, como base para substituir outros tributos, com o objetivo de simplificar o sistema fiscal, combater a sonegação e reduzir o ônus para o contribuinte. Infelizmente, tudo indica que ela irá compor o elevado preço que o País terá que pagar pela má gestão das contas públicas nos últimos anos.

\* Marcos Cintra é doutor em Economia pela Universidade de Harvard (EUA) e professor titular de Economia na FGV (Fundação Getúlio Vargas). Foi deputado federal (1999-2003) e autor do projeto do Imposto Único.

No início desta semana muitos leitores do Jornal Integração questionaram o semanário a respeito do andamento da Medida Cautelar (AC 3744) que tramita no Supremo Tribunal Federal (STF) protocolada pelo advogado Renato Pereira de Camargo, representando o Diretório Regional do PSDB. Esta ação requer a suspensão da eficácia da lei aprovada pela Câmara Municipal de Tatuí, em setembro de 2013. Esta lei, de autoria do prefeito José Manoel Correa Coelho (Manu), reajustou o valor venal dos imóveis, através da Planta Genérica de Valores do município de Tatuí e o aumento recaiu sobre o IPTU a partir do exercício de 2014. Em alguns casos, houve aumento de cerca de 80%, mas na média o IPTU foi majorado em 33%. O PSDB entendeu que a majoração estava acima dos índices inflacionários do País e este aumento imposto pela Prefeitura transgredie o Artigo 150, Inciso IV, da Constituição Federal, que estabelece que os impostos devem obedecer o limite da razoabilidade, não podem ter caráter de confisco e nem causar impacto negativo no bolso do contribuinte.

Day 11 de dezembro de 2014, o desembargador Renato Nalin, presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), admitiu o Recurso Extraordinário (RE), impetrado pelo PSDB junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), contra decisão do Órgão Especial do TJSP que permitiu que o prefeito Manu emitisse um carnê suplementar no ano passado. Este recurso já encontra-se no Supremo Tribunal Federal (STF) e o relator é o ministro Teori Zavascki.

Day 24 de dezembro, o PSDB, concomitante ao Recurso Extraordinário, impetrhou uma Medida Cautelar, ajuizada no STF. Nesta Medida Cautelar (AC 3744), o Diretório Regional do PSDB requer que o Supremo suspenda a eficácia da Lei Municipal que majorou o IPTU até julgamento final do Recurso Extraordinário, que tramita no Supremo Tribunal Federal (STF).

Day 6 de janeiro, o ministro Ricardo Lewandowski, no exercício da presidência do STF, "indiferiu o pedido de liminar, para que o pleito seja analisado pelo próprio relator do Recurso Extraordinário, ministro Teori Zavascki".

Esta nova situação, que deverá acontecer ainda esta semana, garante o advogado, deve

criar um impasse no setor de Tributação da Prefeitura de Tatuí.

Segundo consta, o prefeito Manu

contratou até a empresa para

emitir os carnês de 2015. A prime

ra parcela vence no dia 15 de mar

ço. Caso o STF não suspen

da a eficácia da lei em

questionamento na Suprema

Corte, o contribuinte, para ter uma

ideia do valor do IPTU de 2015,

basta somar os valores dos dois

carnês recebidos em suas resi

dências em 2014, acrescentar

aproximadamente 7% e terá o

resultado final a ser pago.

Em São Paulo, 2014, o prefe

ito Fernando Haddad havia

majorado de forma descomunal

o IPTU na Capital. Uma ação

idêntica à de Tatuí impediu o

aumento e a prefeitura paulis

tana aplicou apenas o índice da

inflação no ano passado.

Haddad reavaliou os prejuízos

políticos à sua administração,

enviou novo projeto de lei à Cá

mara Municipal e reduziu os im

postos em 2015 em 10% para

as residências e 15% para o

setor comercial. Mesmo com

esta redução, setores ligados à

FIESP entendem que a Capital

vai perder um grande número de

empregos no setor do comércio,

em decorrência deste aumento.

Em Tatuí ainda não dá para ava

liar a reação e as consequências

económicas em relação a este

aumento imposto pelo prefe

ito José Manoel Correa Coelho

(Manu). O impacto somente de

verá ser sentido quando houver

a distribuição dos carnês.

O município de Tatuí já experimen

tou situação semelhante na ad

ministração do ex-prefeito Wan

derlei Bocchi. Naquele ano, a

população, inconformada, inva

diu o gabinete do prefe

ito e ele foi

obrigado a reduzir em 25%

o valor do IPTU. Na época, como o

imposto era pago em quatro

parcelas, o Setor de Tributação

anulou a última parcela, para

atender a população.

postos em 2015 em 10% para

as residências e 15% para o

setor comercial. Mesmo com

esta redução, setores ligados à

FIESP entendem que a Capital

vai perder um grande número de

empregos no setor do comércio,

em decorrência deste aumento.

Em Tatuí ainda não dá para ava

liar a reação e as consequências

económicas em relação a este

aumento imposto pelo prefe

ito José Manoel Correa Coelho

(Manu). O impacto somente de

verá ser sentido quando houver

a distribuição dos carnês.

O município de Tatuí já experimen

tou situação semelhante na ad

ministração do ex-prefeito Wan

derlei Bocchi. Naquele ano, a

população, inconformada, inva

diu o gabinete do prefe

ito e ele foi

obrigado a reduzir em 25%

o valor do IPTU. Na época, como o

imposto era pago em quatro

parcelas, o Setor de Tributação

anulou a última parcela, para

atender a população.

### DESTAQUES ECONÔMICOS

Antônio José Martins

e-mail: martins\_32@terra.com.br

#### MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

– Norma de parcelamento muda. Receita Federal alterou